

AdUFRJ

1322 • 21 de junho de 2024 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj

ARTE SOBRE FOTO DE KELVIN MELO



IFCS-IH

Largo de São Francisco, Centro do Rio

RADIOGRAFIA de um prédio adoecido por problemas estruturais e disputas políticas



AdUFRJ notifica reitoria sobre agressões a docentes

> Diretoria entregou ofício ao reitor Roberto Medronho. Carta dá ciência à Administração Central de impedimentos enfrentados por professores em seus locais de trabalho. Categoria não está em greve

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A AdUFRJ participou na terça-feira, dia 18, de uma reunião convocada pelo reitor, com as demais entidades representativas dos segmentos da UFRJ (Sintufrj, DCE e APG). Na pauta, informações sobre a recomposição orçamentária (publicadas na edição passada do Jornal da AdUFRJ) e sobre as greves dos técnicos e estudantes. Na ocasião, a diretoria da AdUFRJ entregou um ofício ao reitor. Veja a íntegra do documento ao lado.

A carta da AdUFRJ expressa preocupação com conflitos ocorridos nas dependências de algumas unidades cujos estudantes aderiram à greve. Barricadas têm impedido a livre circulação dos professores, acesso a salas, laboratórios e materiais de trabalho. “Nós trouxemos o problema ao conhecimento da reitoria para que fique registrado que há uma indignação dos docentes”,

frizou a professora Nedir do Espírito Santo, vice-presidenta da seção sindical. “Em vários lugares estão se repetindo agressões verbais, constrangimentos a professores. É preciso que a administração central saiba o que está acontecendo”, criticou.

A professora explicou que a AdUFRJ respeita o direito de greve dos estudantes e frisou que a intenção não é de intervir na movimentação política dos alunos. “Nós estamos falando de respeito, de uma atitude cidadã, de diálogo”. A diretora relatou, no encontro, a denúncia do Instituto de História de que um docente do IFCS teria agido contra uma professora substituta que estava dando aula. “Um professor deve respeitar sua categoria”, disse Nedir. Veja detalhes do caso na página 7.

A professora Veronica Damasceno, também diretora da AdUFRJ, relatou outras situações de agressão na Escola de Belas Artes. “Há uma falta de respeito muito grande dos estudantes com os professores, um clima

de muito constrangimento e ânimos muito acirrados. Está muito difícil”.

O reitor Roberto Medronho recebeu o ofício e disse estar triste com o embate entre professores e estudantes. “Eu fico muito preocupado com essas posturas mais agressivas que, infelizmente, não se diferenciam de quem quer implantar a ditadura nesse país”, disse o dirigente. “Defendo o direito de ir e vir de qualquer servidor e estudante nesta universidade. Há o direito de greve, mas há o direito de ir e vir”, completou.

A entrega do documento gerou reação da representação do DCE Mário Prata. “Nós temos direito de nos manifestar, porque estamos em greve pelo direito de ter aula com dignidade. Eu me sinto muito incomodada com essas colocações nesse espaço”, criticou a estudante Camila Paiva. Ainda segundo a estudante, o Centro Acadêmico da EBA emitiu um pedido de desculpas público por ações, segundo o DCE, isoladas de desrespeito aos docentes.

O Sintufrj defendeu o diálogo, mas apoiou os estudantes. “As entidades têm pontos comuns. Repudiamos a agressão física e oral, mas impedir de ir e vir é relativo. Os estudantes impediram a aula. Não agrediram ninguém”, justificou o coordenador Esteban Crescente.

DINHEIRO AINDA NÃO ENTROU

Nos informes sobre o orçamento da UFRJ, o reitor contou aos representantes que os recursos previstos para integrar o orçamento de custeio, os investimentos e as obras do PAC ainda não chegaram ao caixa da uni-

versidade. Dos R\$ 400 milhões anunciados para o custeio das instituições, a reitoria espera receber de R\$ 8 a R\$ 10 milhões, além dos R\$ 110 milhões para os hospitais que aderiram à Ebsrh. Há, ainda, uma solicitação de mais R\$ 80 milhões para a segunda fase da obra do “paliteiro”, para o término do alojamento estudantil ao lado do Centro de Ciências Matemáticas

e da Natureza (CCMN), e para o término das estruturas modulares para assistência estudantil ao lado do Cempes. “São todas previsões. A única coisa certa são os R\$ 110 milhões, mas nada disso chegou ainda”, destacou o reitor. Pró-reitorias de todas as áreas participaram do encontro.

Veja a íntegra da carta entregue ao Reitor

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2024
Ofício nº 006/2024

Ao Magnífico Reitor da UFRJ
Professor Roberto de Andrade Medronho

Prezado Senhor,

Escrevemos esta carta com grande preocupação. Nas últimas semanas, a diretoria da AdUFRJ foi procurada por diversos docentes, aflitos com o clima de hostilidade em seus locais de trabalho.

Há sucessivos relatos de professores impedidos de acessar salas de aula, laboratórios e corredores. Há depoimentos entristecidos de colegas intimidados por estudantes. Na Escola de Belas Artes e no IFCS, os registros de barricadas se repetem com carteiras e mesas novas empilhadas.

Sabemos que a situação predial da UFRJ está dramática em diversas unidades acadêmicas. Temos denunciado as precárias condições de ensino e pesquisa. Entendemos e respeitamos o movimento grevista discente. Discordamos, no entanto, dos métodos usados. De forma democrática e, por ampla maioria, os professores da UFRJ rejeitaram por duas vezes a adesão ao movimento grevista nacional. Não estamos em greve. Somos servidores públicos e temos compromisso com nossa rotina acadêmica, com nossos alunos e com o cidadão brasileiro. Não é ético nem lícito que nosso acesso ao nosso ambiente de trabalho seja vedado.

Certos de que a UFRJ é de todas e todos e que a produção do conhecimento deve ser livre e pública, solicitamos atitudes concretas e urgentes.

Atenciosamente,
Diretoria da AdUFRJ-SSind

“a construção da saída coletiva da greve”, mas não indicou data. Os professores também condicionaram o retorno ao trabalho à assinatura do acordo.

SITUAÇÃO PELO PAÍS*

FIM DA GREVE

- UFSC
- UFMG
- UFG
- UNB
- UFMMS
- UFOP
- UFSM
- UFPA
- UFPEL
- UFPA
- UFV
- UFS
- UFPE
- ADUFLA
- UFPI
- UFRB

- UFRPE
- UFABC
- UFPR
- UNIRIO
- UFJF
- UFC
- UFCA
- UNILAB
- UFJF
- UFPA

MANUTENÇÃO DA GREVE

- UFMT
- UFPEL
- FURG
- UFV
- UFS
- UFPE
- ADUFLA
- UFPI

*Até o fechamento desta edição



PREOCUPAÇÃO Vice-presidente da AdUFRJ entrega carta ao reitor

BALANÇO DA GREVE DE DOCENTES NO PAÍS

A greve nacional começa a dar sinais de enfraquecimento. Sindicatos de professores e de técnicos pelo país já indicam o fim da greve nacional das categorias. Pouco a pouco, assembleias definem se mantêm o movimento ou se aprovam a proposta do governo, que trouxe ganhos adicionais apenas em pautas não econômicas. Mais de 20 instituições sinalizaram a saída do movimento.

Em relação à pauta financeira, o Ministério da Gestão voltou a afirmar que não haverá mudanças no documento já assinado pelo Profites, mas, se houver aceite do Andes e do Sinasefe, o reajuste previsto para maio de 2026 pode-

rá ser antecipado para abril.

Diante da posição do governo, o Andes indicou rodadas de assembleias nas universidades que estão em greve. Uma das consultas é se as seções sindicais devem indicar a saída unificada da greve. Nas últimas semanas, UFMG e UFG já haviam decidido acabar com a paralisação. Nesta semana, outras instituições acompanharam o posicionamento.

No Rio de Janeiro, a Federal Rural é a única universidade que apontou a data do fim da greve. O retorno às salas de aula acontece no dia 26 de junho. A assembleia também aprovou a assinatura do acordo com o governo, e a indica-

ção do fim da greve nacional até 3 de julho.

A UFF aprovou o indicativo de saída unificada de greve para o dia 1º de julho, com nova assembleia de avaliação no dia 27.

Já a UniRio aprovou, no dia 20, a “construção de saída coletiva da greve nacional”, mas sem data estipulada. Segundo a assessoria de imprensa da Adunirio, os professores rejeitaram as propostas encaminhadas pelo MEC e MGI nas últimas mesas de negociação.

Já na educação básica carioca, o Colégio Pedro II votou pelo fim da greve, mas condicionou o retorno ao trabalho à assinatura do acordo. O CEFET/RJ aprovou



VOTAÇÃO no colegiado autorizou pacote de medidas que protege estudantes em greve. Apesar de algumas divergências, pauta estudantil foi aprovada quase na íntegra

CEG atende alunos e aprova mudanças acadêmicas

> Conselho de Ensino de Graduação votou medidas para beneficiar estudantes grevistas e ampliou direito a todos os discentes. Prazo de trancamento especial fica aberto até 26 de junho

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou na quarta-feira, dia 19, um conjunto de medidas – reivindicadas pela bancada estudantil do colegiado – que beneficiam especialmente estudantes em greve e são extensivas a todos os mais de 50 mil alunos de graduação.

Os estudantes justificaram o pleito por três motivos: a greve discente, questões de infraestrutura e a greve dos técnicos, que inviabilizou aulas práticas em vários cursos. A sessão, com mais de seis horas consecutivas, acabou somente às 16h40.

Pela decisão do CEG, está estabelecido um novo período de trancamento de disciplinas, que começou no dia 20 e vai até 26 de junho. Não será permitida a contagem de frequência para reprovação em 2024.1. Os conselheiros autorizaram, ainda, a redução do número mínimo de seis créditos a serem integralizados em 2024.1 e flexibilização dos critérios para manutenção de bolsas acadêmicas.

Jubilamentos ficam suspensos no atual semestre. Avaliações poderão ser aplicadas, mas será garantida segunda chamada para todos os estudantes que faltarem às provas, independentemente do motivo. Não houve unanimidade, mas praticamente toda a pauta estudantil foi aprovada.

Apenas dois itens solicitados

pelos alunos foram rejeitados: o congelamento do calendário por unidades acadêmicas e a não contabilização das reprovações no cálculo do Coeficiente de Rendimento (CR).

O congelamento do calendário não foi aprovado, mas ficou acertado que a PR-1 poderá negociar com as unidades uma adequação das datas de procedimentos acadêmicos, desde que não haja prejuízos ou mudanças em 2024.2. Não houve pedido de suspensão do calendário geral.

Alexandre Borges, aluno da Letras, diretor do DCE, foi o relator do tema e defendeu as mudanças. “Nós vemos a situação da universidade de forma muito grave e por isso defendemos a greve. Por outro lado, respeitamos as consultas nos cursos. Reconhecemos a decisão grevista de 58 cursos e também de outras dezenas que não optaram pela greve. Por isso, nossa proposta é que a PR-1 analise o calendário em nível das unidades”, explicou.

A UFRJ tem 176 cursos de graduação. Em mais de dois terços deles, os estudantes não aderiram à greve. Mesmo assim, o representante discente enfatizou a necessidade do período de trancamento especial. “A gente considera ruim o trancamento, mas quer evitar um mal maior, que é o excesso de reprovações”, disse. “A gente quer aprender. E, para aprender, a gente quer a disciplina por inteiro, com condições de assistir”, justificou.

Logo no início da reunião, a pró-reitora Maria Fernanda Quintela informou seu posi-



A gente considera ruim o trancamento, mas quer evitar um mal maior, que é o excesso de reprovações

ALEXANDRE BORGES
Estudante da Letras e
Conselheiro do CEG

cionamento. “Minha proposta desde o início é, independentemente da greve, que a gente converse curso a curso para adequações conforme as necessidades”, disse. “A instituição não suspende calendário geral, porque a instituição não entra em greve”.

TÉCNICOS

O representante dos técnicos, Luiz Felipe Calvacanti chegou a apontar preocupação com o período de trancamento especial. “A questão do trancamento para a gente é péssima, porque traz sobrecarga de trabalho. Não significa que a gente não vá fazer, mas é um ponto sensível para as secretarias acadêmicas”.

“O tempo todo eu ouvi nas falas ‘direito, direito, direito’, mas a todo direito corresponde um dever”, ponderou o professor

Joaquim Martins, representante do CFCH. “Os pontos colocados são todos importantes, mas a gente tem que entender nossas diferenças”, completou.

PONTOS DE VISTA

Os professores foram informados em comunicação enviada pela PR-1 no dia 20 de junho sobre as novas regras para o semestre letivo. Diretor da AdUFRJ, o professor Rodrigo Nunes da Fonseca expressa preocupação com as medidas aprovadas pelo CEG. “Recebi diversas mensagens de docentes descontentes com a decisão. Todos entendem que as questões estruturais e financeiras são graves, mas este não deveria ser um argumento para a flexibilização global”, justificou Rodrigo.

“Os professores rejeitaram a greve em duas assembleias e continuaram lecionando, realizando pesquisa e extensão durante todo o período. Por que vamos flexibilizar faltas discentes, períodos de trancamento etc.?”, questiona. “Não acredito que isso seja justo nem com os docentes, que optaram por não entrar em greve, nem com a maior parte dos alunos, que se

dedicaram às suas atividades acadêmicas integralmente”.

Professor do Instituto Politécnico de Macaé e da Coppe, Diego Malagueta também considera excessiva a pauta aprovada pelo colegiado. “O trancamento e segundas chamadas considero bastante pertinente. É esse tipo de solução que compete ao CEG deliberar. E afeta mais a vida do aluno, seu histórico escolar, do que o exercício profissional do docente”, acredita. “Mas considero que certas decisões são até mesmo desrespeitosas com a classe docente”, disse.

Uma das críticas é sobre a não contagem de faltas para fins de reprovação e jubilamento. “Sinto meu trabalho desrespeitado, ao impor ao docente que não atenda a regras básicas do seu exercício profissional”, critica o professor Malagueta. “Ao me impedir de exercer devidamente critérios de aprovação/reprovação, a decisão está invadindo a alçada do docente”, justifica. “Fora a irresponsabilidade de aprovar eventualmente um discente que não deveria. Temos de lembrar que, um dia, ele exercerá a profissão que está cursando”.



MANIFESTAÇÃO Estudantes se reuniram para acompanhar a sessão

Rotina de medo, ruínas e insalubridade no IFCS-IH

KELVIN MELO E
RENAN FERNANDES
comunica@adufrrj.org.br

Não precisa nem entrar no prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e do Instituto de História para começar a entender as péssimas condições de trabalho e estudo enfrentadas por professores, técnicos e estudantes. Plantas crescem nas paredes e tubulações de escoamento da água. As pare-

des, desbotadas, estão pichadas. Muitas vidraças, quebradas. No esvaziado Centro do Rio, o entorno é inseguro. Principalmente, na saída dos cursos noturnos.

Por dentro do imóvel de quatro pavimentos e 14 mil m² de área construída, a sensação de insegurança é alimentada pelo risco de incêndio. A rede elétrica, do século passado, demanda uma ampla reforma. Em caso de sinistro, quem frequenta os três pavimentos superiores só tem dois caminhos para alcançar o

térreo: uma elegante escadaria toda feita em madeira (!) e um apertado acesso de cimento, nos fundos do prédio.

O sistema elétrico antigo, unido à falta de recursos, repercute na falta de climatização da maioria das salas. A reportagem constatou muitos aparelhos de ar quebrados ou pendentes de manutenção e instalação adequada. E uma profusão de ventiladores velhos, insuficientes para refrescar as amplas salas dos institutos, com um pé

direito altíssimo.

Nas salas, além do calor em dias muito quentes, docentes e alunos sofrem com o mobiliário antigo. A reportagem viu muitos quadros a giz e poucos quadros brancos de qualidade. Os docentes também encontram dificuldade para conseguir equipamentos de projeção.

Já a falta de água para beber nos dias de calor se tornou um problema recente do prédio. Um acidente com a caixa de gordura do restaurante universitário

contaminou os bebedouros do prédio, em maio, e forçou a suspensão das aulas por vários dias. Nesta semana, desta vez por um problema de fornecimento da companhia no centro da cidade, a comunidade do IFCS-IH ficou novamente sem água na quinta-feira (20).

Estes e outros problemas que compõem o drama da comunidade do prédio são abordados nas páginas seguintes desta edição especial do Jornal da AdUFRJ.

POSSIBILIDADE DE INCÊNDIO COMO O DO MUSEU NACIONAL

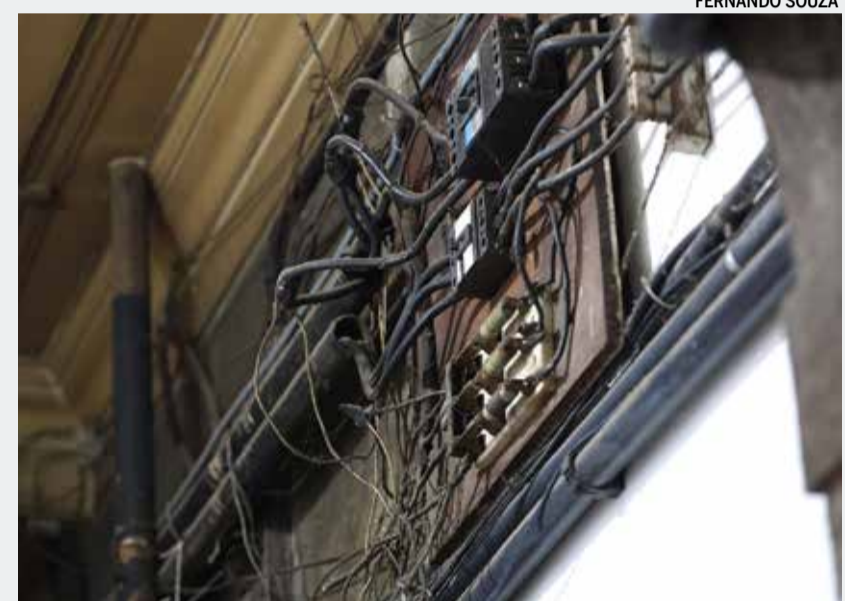
O receio que o IFCS-IH sofra um incêndio das mesmas proporções do Museu Nacional é constante. A rede elétrica defasada é o principal foco de preocupação de professores, técnicos e alunos que frequentam o prédio histórico do Largo de São Francisco.

"Já tivemos três princípios de incêndio em dois anos", afirmou o estudante Washington Yuri, do Centro Acadêmico de Ciências Sociais. Em um deles, no ano passado, começou a sair fumaça de um disjuntor antigo do quarto

andar. "Alguém, por pura sorte, viu e desligou o disjuntor", disse.

No início deste semestre letivo, uma professora substituta do Instituto de História tomou um tremendo susto ao tentar ligar um dos ventiladores. O aparelho deu curto-circuito e a docente levou um choque muito forte. "Ela ficou muito assustada, mas continuou a aula mesmo assim, com o braço dormente ali na hora", afirmou o professor João Paulo Rodrigues, do IH.

Se algum destes "sustos" fugir ao controle e o prédio pegar fogo nos pavimentos superiores, as



FERNANDO SOUZA

peças terão apenas duas opções para alcançar a saída: uma elegante escadaria toda feita em madeira e um apertado acesso nos fundos.

O professor Antonio Saturnino Braga, do departamento de Filosofia, revelou preocupação com as rotas de fuga do edifício. "É um medo com que convivemos aqui. Um tópico que deveria ser atacado prioritariamente. São feitos treinamentos e manutenção dos extintores, mas isso é paliativo. A questão das rotas de escape é muito grave", teme.

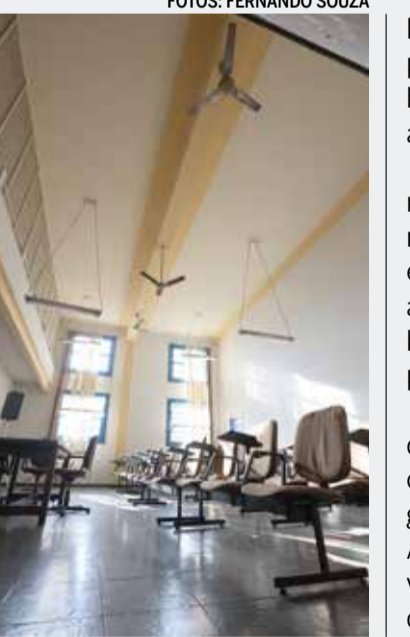
"SAUNAS" DE AULA

Não é fácil dar aulas em dias de calor. No verão, nem se fala. A rede elétrica antiga, somada à falta de recursos da universidade, impacta também a climatização do IFCS-IH. Não há aparelhos de ar-condicionado na maioria das salas. Parte dos que existem é apenas decorativa: os aparelhos estão completamente quebrados ou precisam de manutenção para voltar a operar.

A solução encontrada é a instalação de ventiladores. Muitos, mas insuficientes para refrescar as amplas sa-



FOTOS: FERNANDO SOUZA



las do prédio histórico, com um pé direito altíssimo. Além de barulhentos, concorrendo com a voz dos professores.

"Os aparelhos de ar-condicionado que existem não funcionam e os ventiladores são velhos e ineficazes. Quando ligados, a gente se pergunta se é pior o barulho ou o calor", lamentou o professor Saturnino Braga.

A professora Adriany Ferreira de Mendonça, da Filosofia, concorda. "Nos dias de calor, a gente passa mal. É desumano. Ainda temos medo de ligar os ventiladores, porque podem cair do teto", disse.

INFILTRAÇÕES SÃO CONSTANTES

As infiltrações estão por toda parte. Ao lado do Salão Nobre, no segundo pavimento, existe uma cratera no teto do banheiro feminino. Na biblioteca, perto de uma estante do setor de periódicos, uma das paredes está bastante descascada pela ação da umidade. As obras são protegidas por um plástico improvisado.

Diretor adjunto de graduação do Instituto de História, o professor João Paulo Rodrigues já teve a sala afetada

por vazamentos duas vezes, em menos de seis meses: em novembro e abril. No episódio mais recente, detritos do teto ficaram espalhados pela mesa e pelo chão.

"O de novembro inundou a sala toda e vazou água para o corredor", disse. "Os armários, com documentos, ficaram molhados. Tivemos que abrir para secar. Mas os armários estão deteriorados. E perdemos o filtro de água, que pifou". O piso perdeu o sinteco e o cheiro de mofo só desapareceu por volta

de maio, segundo o docente.

O mofo inviabiliza o uso de algumas salas do edifício. É o caso da sala 107, no térreo, que não tem janelas de ventilação para a rua. O professor Pedro Vitor, da Faculdade de Educação, que trabalha no prédio ministrando o curso de Didática especial em História, foi alocado na 107 no último período e precisou buscar outro local para dar aula. "É impraticável. A sala parece um calabouço. Tem um cheiro de mofo muito forte, ninguém consegue ficar mais de 15 minutos



FERNANDO SOUZA

ali. Eu e os alunos começamos a espirrar e tive que interromper a aula para procurar outra sala",

contou.

A professora Isabele Mello, do IH, relacionou a falta de infraestrutura no prédio com um ambiente de desestímulo à continuidade nos cursos. "Por vezes, me sinto constrangida em sala de aula. Como promover a continuidade na carreira acadêmica, na pós-graduação, quando o estudante observa as condições em que ele está assistindo aula e que seu professor está trabalhando?", questionou.

RISCO À SAÚDE NA BIBLIOTECA

Com quatro pavimentos e um acervo de 135 mil documentos, a biblioteca Marina São Paulo de Vasconcelos é um dos destaques do prédio. Mas a beleza das paredes de pedra, originais da construção do século XIX, esconde um risco à saúde de quem estuda e trabalha no local.

"As paredes estão se desfazendo, soltando um pó que é respirado pelos frequentadores", informa Sulamita Nicolau de Miranda, subchefe da biblioteca. "As pedras guardam o aspecto histórico dos anos 1800, mas estamos em 2024. É preciso um trabalho de recuperação, uma análise técnica de como estão essas paredes", afirma.

A demanda por mais tomadas é outro problema do espaço. "Hoje, os alunos estudam com tablets e notebooks. Precisamos de uma rede elétrica estável, mas não temos nem tomadas suficientes para oferecer. E as que temos são do padrão antigo, de dois pinos", conta Sulamita.



FERNANDO SOUZA

A falta de climatização também desafia quem trabalha e estuda no local. O aparelho de ar está quebrado. A reportagem do Jornal da AdUFRJ constatou o clima desconfortável na biblioteca na terça-feira, 18, dia em que a cidade registrou máxima de 34°C.

Mas as temperaturas altas também são prejudiciais ao acervo. "É uma questão de pre-

servação do patrimônio da universidade. Os livros expostos ao calor e às janelas abertas se deterioram com o tempo", aponta a bibliotecária.

O padrão determinado pelo manual de conservação de acervos bibliográficos da universidade estipula a temperatura ideal nas bibliotecas entre 19°C e 23°C e a umidade relativa do ar entre 50% e 60%.



FERNANDO SOUZA

ÁGUA CONTAMINADA

O episódio recente da crise de infraestrutura foi a contaminação da água dos bebedouros. O problema foi causado por um vazamento da caixa de gordura do restaurante universitário, em maio. Nas redes sociais, estudantes relataram mal estar, vômito, dor de cabeça e de barriga. As aulas foram suspensas até a normalização do serviço.

O bicentenário prédio do Largo de São Francisco conta com quatro bebedouros (um por andar) para atender a uma "população" de 157 professores, 93 técnicos e mais de dois mil alunos com matrícula ativa. E isso contando apenas as graduações do IFCS e do IH.

Estudantes de Psicologia, Enfermagem e Odontologia também recebem aulas de Ciências Sociais ou Filosofia no local. Além disso, o bandeirão localizado no térreo — que serve 800 refeições no almoço e 400 no jantar — serve o público das demais unidades da UFRJ no Centro.

Bem antes deste incidente, Adriany Ferreira, docente da Filosofia, já havia passado por uma experiência desagradável com os bebedouros. "Não tenho mais coragem de beber a água do IFCS. Tive problemas de saúde ano passado e nunca mais bebi", revelou.

A professora destacou a qualidade da água como uma condição básica para a permanência de estudantes nos cursos. "A



FERNANDO SOUZA

universidade tem que ser cada vez mais aberta e mais inclusiva. Agora, sem água potável, não tem restaurante universitário. O estudante, que por vezes vem de longe, fica sem água e sem comida", concluiu.

O IFCS-IH comporta oito banheiros — um deles interditado —, que não estão em boas condições. Um aviso no sanitário feminino do segundo andar dá a dimensão de como o problema é antigo. "Em 2016, o IH gastou mais de R\$ 6 mil com a manutenção dos banheiros. Em menos de seis meses, seis tampas de privada, um espelho e dois ganchos de bolsa foram quebrados", diz um trecho.

MOBILIÁRIO ANTIGO E PRECÁRIO

No Salão Nobre, no segundo pavimento, um bonito relógio de parede marca sempre a mesma hora: cinco para as duas. O tempo parece ter parado também quando se trata de mobiliário e equipamentos básicos para as aulas no prédio. Em várias salas, os professores precisam trabalhar com o tradicional quadro negro a giz. Há quadros brancos que só podem ser apagados, en-



KELVIN MELO

tre uma disciplina e outra, pelos funcionários terceirizados, usando produtos de limpeza mais fortes. "Comecei a trabalhar no ensino básico em 2016 e nunca dei aula em uma escola com quadro negro. Como o IFCS ainda tem salas sem quadro branco?", questiona o professor Pedro Vitor dos Santos, da Faculdade de Educação. Pedro foi aluno do IFCS, mas ainda é surpreendido com a falta de estrutura do edifício.

"O IFCS funciona por meio de improviso e gambiarras. Os projetores instalados nas salas não funcionam. O departamento de Ensino de História tem um cedido pela Faculdade de Educação. Somos sete professores e a gente tem que fazer rodízio. Tenho uma aula sobre o uso da imagem na sala de aula e tenho que combinar com meus colegas para poder usar o projetor", lamentou.

INSEGURANÇA NA SAÍDA DO NOTURNO

Três cursos noturnos — bacharelado e licenciatura em História e a licenciatura em Ciências Sociais — funcionam no Largo de São Francisco, com disciplinas até 21h40 ou

22h. Mas não é incomum que os professores liberem as turmas antes por conta da insegurança no centro do Rio.

A professora Isabele Mello, do Instituto de História, expôs o

medo de alunos com a violência no entorno do prédio. "A questão da insegurança afeta principalmente os alunos do noturno. Vários estudantes já relataram assaltos no trajeto até os pontos

de ônibus ou o metrô", revelou. Uma alternativa para reduzir os riscos seria a abertura do portão dos fundos do prédio, que dá acesso ao Largo Alexandre Herculano, próximo à Praça Tira-

dentos. "A liberação do portão facilitaria a vida dos estudantes. Mas por limitação de segurança e por necessidade de reformas não podemos usar a saída", acrescentou.

QUARTEIRÃO CULTURAL É PRÓXIMO SONHO POSSÍVEL

> Parceria entre o IFCS, a Igreja de São Francisco de Paula e o Real Gabinete Português de Leitura traz promessa de revitalização aos largos de São Francisco e Alexandre Herculano, no Centro do Rio

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Não é surpresa que o Centro do Rio é a expressão da arte e da história do país. Alguns cantinhos, no entanto, concentram enorme riqueza cultural, por vezes esquecida, abandonada à própria sorte. É o caso, por exemplo, da degradada região do Largo do São Francisco de Paula, no Centro do Rio, onde se localiza o prédio histórico que abriga o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e o Instituto de História da UFRJ. Mas essa realidade está com os dias contados.

Ao menos esse é o projeto do professor Fernando Santoro, diretor do IFCS e idealizador do Quarteirão Cultural Literário João do Rio, ambicioso projeto que reúne instituições vizinhas ao instituto para a revitalização da região.

A ideia é constituir a Fundação Cultural João do Rio, com a união do IFCS, do Real Gabinete Português de Leitura e da Igreja de São Francisco de Paula. “Essas seriam as instituições fundadoras, por assim dizer, mas teríamos apoios da Prefeitura do Rio, do BNDES e do Iphan, por se tratar de uma região histórica”, conta o professor Fernando Santoro.

As conversas estão avançadas. “Já no próximo mês deveremos nos debruçar sobre os documentos de criação da fundação”, conta. Advogados atuam na formulação das características da associação. O prazo para o início do funcionamento da instituição sem fins lucrativos ainda é indefinido. “Dependemos de burocracias e outros atores externos que não nos permitem, ainda, ter uma previsão da efetiva criação da fundação”.

Depois de criada, a associação permitirá a captação de recursos para a criação de um alojamento estudantil, um restaurante universitário e um abrigo para pessoas em vulnerabilidade social. “A associação fará a manutenção desses espaços e a animação cultural do Largo Alexandre Herculano, que fica nos fundos do IFCS”, conta Santoro. A praça é rodeada pelo Real Gabinete e o Teatro João Caetano. Fazem parte também do grande quarteirão a Biblioteca Marina São Paulo Vasconcelos, uma das mais importantes do mundo na área das Hu-



PROJETO prevê a revitalização da região onde está o IFCS, com destaque para novas construções na Rua do Teatro

manidades.

“Temos ali um espaço maravilhoso, mas muito maltratado. Queremos criar uma região voltada para os estudantes. Vamos buscar convênios com todas as universidades públicas do Rio de Janeiro, para que os alunos não só da UFRJ, mas de todas as instituições públicas possam utilizar tanto o restaurante, como o alojamento”, explica o professor. “Ao mesmo tempo que contribuiremos para a revitalização do Centro do Rio, incidiremos numa importante área, que é a permanência estudantil”, defende Santoro.

Além da intervenção física do quarteirão, o prédio tombado do IFCS também será beneficiado. “O edifício não foi criado para abrigar um bandeirão que fornece 800 refeições por dia. Os problemas de água que tivemos são, em grande medida, decorrentes dessa sobrecarga”, avalia o diretor do IFCS.

REVITALIZAÇÃO DA FACHADA

Corre em paralelo, em fase de pré-licitação, a reforma da fachada do prédio do IFCS-IH. O projeto já foi autorizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (Iphan), responsável por prédios tombados. A contratação do serviço será da Prefeitura do Rio e será acompanhada pela Coordenação de Preservação do Patrimônio Tombado (Coprit), do Escritório Técnico da Universidade.

O arquiteto Leonardo Santos, coordenador da Coprit, diz que a reforma tem previsão de durar pelo menos um ano, depois de contratada a licitação. “Embora não seja uma restauração completa, é uma obra de grande porte, complexa, até pelo tamanho da edificação, com muitos andaimes e intervenção nas calçadas”, justifica.

Ele explica a diferença entre as duas modalidades de reforma. “Uma res-

tauração envolve tempo maior, mais recursos e mais pessoas especializadas. As esquadrias são todas retiradas, desmontadas, recuperadas separadamente, por exemplo”, diz. O que será feito no IFCS tem outra proposta. “Temos o mapeamento de danos e as especificações técnicas de tudo que precisará ser feito para melhorar a estanquidade do edifício”.

Os valores previstos para as obras não

foram divulgados pelo ETU, uma vez que a licitação ainda não foi lançada. “Há muitos dados sensíveis que não podem ser publicados ainda. O valor é uma dessas informações”, justifica o arquiteto.

A reforma elétrica será a próxima obra. “O projeto já está em fase final e a obra elétrica é a próxima etapa da parceria entre a UFRJ e a Prefeitura”, finaliza.